

Universidade do Minho
Comissão de Trabalhadores

Ata 5/2026

Reunião da Comissão de Trabalhadores da Universidade do Minho com o Senhor Reitor

A CT-UMinho reuniu-se com o Senhor Reitor a **22 de maio de 2026**, às 14h00, no Largo do Paço, em Braga.

Presentes: Reitor, António Gaspar Cunha (AGC), António Ovídio Domingues (AOD), Marta Cidália Simões Ferreira (MCF), Orlanda Maria Lopes Tavares (OMT)

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. Ponto da situação de:
 - a) Crédito de horas dos membros da CT (novos membros)
 - b) Avaliação dos docentes – respostas em campo aberto
 - c) Mobilidade – concursos de ingresso
 - d) Teletrabalho – necessidade de reavaliação
 - e) Avaliação SIDAP – ponto da situação e transparência
 - f) PREVPAP - regularização das contribuições à Segurança Social
3. Integração dos investigadores nos departamentos
4. Precariedade dos contratos de investigadores e dos concursos
5. Pagamento dos investigadores de carreira
6. Pagamento da retribuição para consultas – direito privado
7. Isenção de propinas para os trabalhadores – PhD – regulamento – montante anual
8. Condições dos Serviços da Ação Social
9. Outros assuntos

Pontos prévios

Ponto 1: AGC reiterou a necessidade de reservar um espaço digno para pequenas reuniões e para o atendimento aos trabalhadores no campus de Gualtar. AGC questionou o Senhor Reitor sobre a possibilidade de a CT contatar diretamente as UOs quanto à disponibilidade de um espaço para a CT. O Senhor Reitor respondeu que sim.

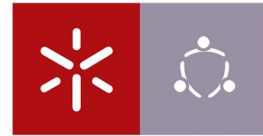
1. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata foi aprovada.

2. a) Crédito de horas dos membros da CT (novos membros)

AGC reiterou a necessidade de dar seguimento a este assunto devido à dificuldade da CT prosseguir com o seu trabalho.

O Sr. Reitor informou que a informação já foi enviada aos Recursos Humanos e que, em breve, as UOs e os Serviços seriam informados.



Universidade do Minho
Comissão de Trabalhadores

2.b) Avaliação dos docentes – respostas em campo aberto

O Sr. Reitor informou que não há novos desenvolvimentos.

2.c) Mobilidade – concursos de ingresso

AOD solicitou ao Sr. Reitor que partilhasse a informação resultante da negociação com as US.

O Sr. Reitor referiu que este assunto foi amplamente discutido com as UOs, que já sabem com o que podem contar. Ao sair alguém de uma UO, já se sabe que fica uma vaga em aberto.

2.d) Teletrabalho – necessidade de reavaliação

AOD referiu que a deliberação do Conselho de Gestão não foi divulgada aos trabalhadores e que a questão do teletrabalho em tempos excecionais, não teve a devida atenção por parte dos dirigentes, diretores de serviços ou secretários de UO.

2.e) Avaliação SIADAP – ponto da situação e transparência

Não foi abordado por falta de tempo.

2. f) PREVPAP - regularização das contribuições à Segurança Social

Não foi abordado por falta de tempo.

3. Integração dos investigadores nos departamentos

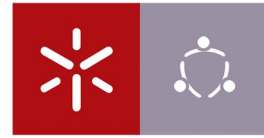
OMT questionou sobre a participação dos investigadores nas reuniões dos departamentos, nomeadamente se existem orientações institucionais sobre essa participação, de que forma podem ser integrados regularmente nas dinâmicas departamentais e nos processos de decisão, e qual a visão da Reitoria relativamente ao papel dos investigadores na estrutura académica da Universidade.

O Sr. Reitor referiu que a integração formal dos investigadores nos órgãos dos departamentos deverá ser considerada no âmbito da revisão estatutária. Entretanto, indicou que algumas UOs já têm vindo a incorporar esta participação e sugeriu que as UOs sensibilizem os departamentos para que prevejam essa possibilidade nos respetivos regulamentos e convoquem os investigadores para as reuniões dos respetivos conselhos.

4. Precariedade dos contratos dos investigadores e concursos

OMT referiu a situação de investigadores que desempenham funções na Universidade há vários anos consecutivos através de contratos a termo, incluindo situações de permanência prolongada sem vínculo estável. Questionou a estratégia da Universidade para reduzir a precariedade científica, a existência de mecanismos de estabilização de investigadores com percurso consolidado e as formas de evitar a perda de investigadores qualificados devido à instabilidade contratual.

O Sr. Reitor referiu a necessidade de considerar os processos de renovação, recrutamento e progressão, salientando que caberá às UOs identificar e definir as respetivas necessidades. Referiu que a Universidade não tem, atualmente, capacidade financeira para integrar todos os investigadores em situação precária, estimando-se que existam cerca de 400 investigadores nessa condição. Referiu ainda que uma eventual alteração estrutural das carreiras, incluindo a possibilidade de aproximação entre as carreiras docente e de investigação, depende de decisão



Universidade do Minho
Comissão de Trabalhadores

governamental. O Sr. Reitor explicou, por fim, que as decisões de contratação devem considerar o enquadramento financeiro das UOs. Referiu que o orçamento é definido tendo em conta, entre outros critérios, o número de estudantes, sendo as UOs responsáveis pelos respetivos encargos salariais.

5. Pagamento dos investigadores de carreira

OMT questionou o enquadramento institucional do pagamento dos salários dos investigadores de carreira, nomeadamente se os salários eram assegurados pelos centros de investigação aos quais os investigadores se encontram associados.

O Sr. Reitor esclareceu que os salários dos investigadores de carreira são suportados pela respetiva UO. Explicou ainda que a UM dispõe de mecanismos internos de gestão financeira que asseguram o cumprimento das responsabilidades salariais, independentemente da situação financeira específica de cada UO.

6. Pagamento da retribuição para consultas – direito privado

AOD referiu que se deveria tentar uma aproximação entre os regimes público e privado, comparando esta situação com a da Universidade do Porto.

O Sr. Reitor referiu que os trabalhadores que transitaram do regime público para o privado perderam algumas regalias, mas, em muitos casos, fizeram-no porque tiveram aumento de salário.

7. Isenção de propinas para os trabalhadores – PhD – regulamento – montante anual

AOD referiu que, no despacho 148/2005, falta definir os requisitos.

O Sr. Reitor informou que vai trabalhar nesses requisitos e levar a questão aos presidentes das UO.

8. Condições dos Serviços da Ação Social

Não foi abordado por falta de tempo.

9. Outros assuntos

Não foram abordados outros assuntos.

A reunião foi concluída cerca das 15h00, tendo-se lavrado a presente ata assinada pelo Secretário Coordenador da Comissão de Trabalhadores e pelo Senhor Reitor.

O Secretário Coordenador da CT

O Reitor

António Gaspar Cunha

Pedro Arezes